

ECOPEDAGOGIA: UMA NOVA TEORIA INSERIDA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADA AO ENSINO SUPERIOR

Vanessa Rodrigues do Prado Moraes, Cristiane Pinheiro de Barros.

* Bacharel em Ciências Econômicas pelas Faculdades Integradas de Cacoal – UNESC. E-mail: vanessamo_rais@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo está representado em aspectos teóricos e traz como objetivo central a inserção da educação ambiental no ensino superior. A Educação Ambiental que a sociedade civil está buscando, esta sendo ancorada nos valores socioambientais aqui demonstrado, pois uma vez que a crise ambiental esta sendo representada atualmente pelas mudanças climáticas globais e locais que afeta direta e indiretamente a todos os seres humanos. Isto compromete as possibilidades da manutenção da Vida atual e futura, entendidas como o respeito à sociobiodiversidade do planeta. Sendo assim Grun, (1996), relata que se a Educação não é ambiental, não é Educação. O ensino superior no Brasil está presente desde 1808, com a chegada da família real Portuguesa no país. Em decorrer de décadas, novos saberes e desafios foram lançados ao ensino superior no Brasil, atualmente dentro de um novo conceito os desafios são maiores, pois a qualidade do ensino deve ser levado à risca, mas na maioria dos casos este é um grande desafios para as instituições. Nesta nova abordagem, busca-se uma nova concepção de educação, mais centrada ao meio ambiente. A ecopedagogia ou pedagogia da terra está centrada a desenvolver um novo conceito de educação, onde os valores humanos são tratados de forma coerente. Atualmente se vive em mundo globalizado e a ecopedagogia surge em um contexto de uma educação voltada à humanidade, ou seja, para uma sociedade sustentável, onde os seres humanos possam interagir com a natureza desde o principio de sua educação, desse modo aprendendo a respeitá-la.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior, Educação Ambiental, Ecopedagogia.

INTRODUÇÃO

O homem vem a séculos explorando a natureza irresponsavelmente em nome do desenvolvimento e de seu bem estar. Durante o período capitalista, a natureza foi inserida no cenário como forma de buscar satisfação e conforto material, porém custou – se perceber o inexorável esgotamento do meio ambiente (TORALES; LEVY, 2003). De acordo com os aportes apresentados, a exploração inesgotável dos recursos naturais estão afetando não somente a geração atual como também as gerações futuras, por este motivo a educação ambiental está sendo inserida de forma sucinta e clara no cenário educacional, sendo assim as instituições de ensino superior estão se adequando para este novo cenário.

Aliados ao crescimento desse estudo, o ensino superior no Brasil, apresenta grandes desafios a serem enfrentados, as dificuldades ainda são presentes no contexto educacional, novas formas e alternativas de conduzir o ensino superior estão cada vez mais presentes para auxiliar neste contexto. Os docentes estão em busca de novos aperfeiçoamentos em relação às questões que surgem no cotidiano da sociedade civil, um grande exemplo é a inserção da educação ambiental em sala de aula, portanto seguindo neste conceito novas teorias em relação à educação e meio ambiente estão sendo apresentadas. Exemplo disso pode-se observar a Ecopedagogia, que apresenta uma educação voltada à humanidade, tendo como foco central uma sociedade sustentável, onde a interação entre seres humanos e meio ambiente possa ser harmoniosa.

Dito isso, a pesquisa procurou responder a seguinte pergunta de partida: Como a educação ambiental está sendo inserida no ensino superior? Seguindo neste conceito, o presente artigo visa de fato contribuir com a construção de uma abordagem para o estudo da inserção da educação ambiental no ensino superior, e posteriormente contribuir para futuras pesquisas em relação ao tema. A presente pesquisa traz como método de análise a revisão bibliográfica sistemática, sendo que Levy e Ellis (2006) apresenta o conceito da mesma como sendo o processo de coletar, conhecer, compreender, analisar, sintetizar e avaliar um conjunto de artigos científicos com o propósito de criar um embasamento teórico-científico (estado da arte) sobre um determinado tópico ou assunto pesquisado. Dessa forma foi possível perceber que o estudo voltado a está nova teoria esta sendo inserido no contexto educacional, de forma concreta para formação de cidadãos mais conscientes em relação ao uso racional dos recursos renováveis. Portanto o presente artigo busca analisar a inserção da educação ambiental no ensino superior.

O presente artigo está dividido em quatro seções sendo apresentado: 1) Ensino Superior no Brasil 2) Educação Ambiental no Ensino Superior 3) Ecopedagogia: Uma nova Linguagem da Educação Ambiental 4) Considerações Finais

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: CONCEITOS E DIMENSÕES.

As primeiras escolas de ensino superior foram fundadas no Brasil em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao país. Neste ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Seguiram-se o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura.

Martins, (2002), aponta em seus aportes que até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social. Ressalte-se que o caráter não universitário do ensino não constituía demérito para a formação superior uma vez que o nível dos docentes devia se igualar-se ao da Universidade de Coimbra, e os cursos eram de longa duração.

Portanto, com a independência política em 1822 não houve mudança no formato do sistema de ensino, nem sua ampliação ou diversificação. A elite detentora do poder não calculava as vantagens na criação de universidades. Conta-se 24 projetos propostos para criação de universidades no período 1808-1882, nenhum dos quais aprovado. Depois de 1850 observou-se uma discreta expansão do número de instituições educacionais com consolidação de alguns centros científicos como o Museu nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política. Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes.

Segundo Martins (2002), neste período a iniciativa privada criou seus próprios estabelecimentos de ensino superior graças à possibilidade legal disciplinada pela Constituição da República (1891). Entretanto, as instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas, sendo assim o sistema educacional paulista surge neste momento como sendo representação a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas ao controle do governo central. Portanto, a criação de cursos em São Paulo neste período, incluir-se os de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica (1896), da atual Universidade Mackenzie, que é confessional presbiteriana. Nos 30 anos seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133, 86 das quais criadas na década de 1920.

A ideia de universidade mobilizou gerações de propositores e críticos desta forma de ensino, sendo que o projeto foi elaborado pela elite intelectual laica que defendia a universidade pública em oposição ao modelo de instituições isoladas e propunha a institucionalização da pesquisa em seu interior. Alguns países da América Hispânica dispunham de universidades no período colonial, sendo a primeira delas criada no México em 1553, graças à concepção imperial da Espanha diversa e da de Portugal. Em contraposição, o pragmatismo português não permitiu que o Brasil dispusesse de universidades no período colonial, e a formação do núcleo de ensino superior só teve início com a vinda da família real portuguesa. O seu desenvolvimento foi voltado para a formação profissional sob controle do Estado. (MARTINS, 2002).

O conceito de universidade e suas funções na sociedade foram desenvolvidos através das funções definidas como as de abrigar a ciência, os cientistas e promover a pesquisa. As universidades não seriam apenas meras instituições de ensino, mas centros de saber desinteressado. Na época, o país contava com cerca de 150 escolas isoladas e as 2 universidades existentes, a do Paraná e a do Rio de Janeiro, não passavam de aglutinações de escolas isoladas. Neste sentido a universidade deveria se organizar em torno de um núcleo constituído por uma escola de Filosofia, Ciência e Letras. O período de 1931 a 1945 caracterizou-se por intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação. No período de 1945 a 1968 o mundo assistiu à luta do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública. Estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, mas em especial a da universidade. As principais críticas ao modelo universitário eram: a instituição da cátedra, a compartimentalização devida ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931 sendo que as mesmas resistiam à adequação e mantinham a autonomia, e o caráter elitista da universidade. (MARTINS, 2002).

A partir de 1970, a política governamental para a área foi estimular a pós-graduação a capacitação docente (PICD). Em 1933, ano em que se passou a contar com as primeiras estatísticas sobre educação, o setor privado respondia por 64,4% dos estabelecimentos e 43,7% das matrículas do ensino superior, proporções que não se modificaram de maneira substantiva até a década de 1960 porque a expansão do ensino privado foi contrabalançada pela criação das universidades estaduais e pela federalização com anexação de instituições privadas.

Martins, (2002), apresenta na contextualização que no período entre 1940-1960 a população do país passou de 41,2 milhões para 70 milhões tendo um crescimento de 70%, enquanto que as matrículas no ensino superior triplicaram. Em

1960, existiam 226.218 universitários dos quais 93.202 eram do setor privado e 28.728 excedentes, ou seja, aprovados no vestibular para universidades públicas, mas não admitidos por falta de vagas. Já no ano 1969 os excedentes somavam 161.527. A pressão de demanda levou a uma expansão extraordinária no ensino superior no período 1960-1980, com o número de matrículas saltando de aproximadamente 200.000 para 1,4 milhão, $\frac{3}{4}$ partes do acréscimo atendidas pela iniciativa privada.

A partir de 1980 observou-se uma redução progressiva da demanda para o ensino superior em decorrência da retenção e evasão de alunos do 2º grau, inadequação das universidades às novas exigências do mercado e frustração das expectativas da clientela em potencial. Na década de 1990 a relação de egressos do segundo grau e vagas oferecidas no ensino superior é de 1/1 no Sul e Sudeste, 1/1,3 no Centro-Oeste, e de 1/2,5 no Norte e Nordeste. Enquanto em 1980 cerca de 11% das vagas oferecidas nos cursos superiores não foram preenchidas, em 1990 a proporção passou para 19%. Entre os anos de 1985 a 1993 o número de vagas oferecidas no ensino superior manteve-se relativamente estável, em torno de 1.500.000, com declínio relativo da participação do setor privado. A interiorização do ensino superior, iniciada na década de 1950, acentuou-se tendo como um dos motivos básicos a criação de facilidades ou a busca de clientela. Outra resposta à estabilidade da demanda foi à ampliação acentuada do número de cursos e a fragmentação de carreiras pelo setor privado para colocar novas ofertas ao mercado e com isso atrair clientela. A fragmentação de carreiras em várias áreas do conhecimento torna os cursos menos dispendiosos e converge para o que acontece em algumas áreas em outros países.

Uma das principais transformações do ensino superior no século XX consistiu no fato de destinarem-se também ao atendimento à massa e não exclusivamente à elite. Num dos estudos da década de 1990, observou-se que no ensino superior, estudantes oriundos de famílias com renda de até 6 salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Tanto no setor privado, quanto no público, a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassa os 60%, o que desmistifica a crença de que os menos favorecidos é que frequentam a instituição privada.

Se por um lado, há um contingente expressivo de estudantes de nível superior proveniente das camadas de renda intermediária, salta à vista que os menos favorecidos não usufruem da igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior seja ele público ou privado, não por falta de vagas ou de reforma deste, mas por problemas sociais e deficiências do ensino fundamental. Na década de 1990, a proporção de jovens entre 20 e 24 anos que ingressa no ensino superior correspondia a 11,4%, conferindo ao Brasil o 17º lugar entre os países latino-americanos, superando apenas a Nicarágua e Honduras. Não é uma posição honrosa, mas sim dependente por falta de vagas no ensino superior, mas pelo número de egressos do ensino secundário. As deficiências do ensino público fundamental têm sido supridas parcialmente pela excelente qualidade do ensino nos estabelecimentos privados. Mas, esta solução de mercado discrimina a numerosa população menos favorecida, que assim permanecerá enquanto não houver melhora da distribuição de renda, do ensino público fundamental e mercado de trabalho mais amplo.

O número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil esteve em constante ascensão nos últimos 13 anos, com um crescimento total de 102,6%, sendo 108,2% nas IES privadas e 71% nas públicas. No entanto, em 2013, o setor da educação de nível superior decresceu cerca de 1% totalizando 2.391 instituições: 2.090 IES privadas e 301 públicas. (BRASIL, 2015).

De acordo com os aportes apresentados pode-se observar que o ensino superior no Brasil, vem se adequando há séculos para oferecer um ensino de qualidade a seus alunos, mas em contrapartida os desafios a serem seguidos são muitos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: NO ENSINO SUPERIOR

A Educação Ambiental, cujos pressupostos teóricos norteadores foram assumidos e ratificados ao longo da década de 1970, vem se consolidando como uma prática educativa que transcorre todas as áreas do conhecimento. Após a Segunda Guerra Mundial, os problemas ambientais de proporções mundiais mostraram ao homem a irracionalidade de sua exploração da natureza. Em 1972, foi realizada a primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo na Suécia, sendo considerada um marco para identificação dos problemas ambientais e dando início ao debate de ações mundiais e nacionais para resolvê-los. Nesta conferência foi concebido um plano de ação mundial que deu origem ao Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). (BERNADES; PRIETO, 2010)

O que se seguiu dali foram encontros nacionais e internacionais que reafirmaram a importância da Educação Ambiental como um dos eixos principais para a mudança nas relações com o meio ambiente. Destaca-se a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi (Geórgia, então União Soviética) em 1977 e o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente, em Moscou, em 1987. Em 1992, durante a Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, diversas entidades da sociedade civil de várias partes do mundo elaboraram o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global que, além de enfatizar o caráter crítico e emancipatório da Educação Ambiental, entendeu-a como um instrumento de transformação social. No Brasil, influenciado pelos diversos encontros e debates, educadores e representantes do poder público, envidaram esforços para a criação de programas governamentais e para o fomento de iniciativas diversas em matéria de Educação Ambiental.

No início do século XXI, a questão ambiental vem se intensificando no cenário mundial, pois os problemas socioambientais correspondem a uma escala global. Especialmente a partir da década de 1960 quando a problemática relacionada a questão ambiental começa a ser percebida de modo mais acentuado, pois segundo relata Porto-Gonçalves (2006, p.61 et alp Bernardes; Prieto, 2002), “até então, a natureza era considerada como uma fonte inesgotável de recursos”. Os riscos de acidentes nucleares, o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a perda da biodiversidade, entre outros problemas, convivem com o acelerado processo de avanços da tecnologia e demais transformações sociais, políticas e econômicas, proporcionadas pela globalização.

De acordo com Rocha, (2003) a institucionalização da Política Nacional de Meio Ambiente, produziu iniciativas políticas e acadêmicas que contribuíram para aproximar as instituições de ensino superior do tema meio ambiente. Entre estas iniciativas destaca-se a realização dos Seminários “Universidade e Meio Ambiente” como proposta do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. O primeiro seminário foi realizado em Brasília, no ano de 1986 e em sua maioria, estes eventos realçaram o reconhecimento da necessidade de um aprofundamento da problemática ambiental. No Brasil, a mobilização nacional em defesa do meio ambiente e as exigências de uma proposta educativa comprometida com a temática resultaram na aprovação da Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A partir de então, a questão ambiental passou a receber maior atenção por parte do Estado, não somente na consolidação de instrumentos legais para a sua execução, mas também na abertura de possibilidades para a implementação de uma política de gestão e financiamento.

A institucionalização do Órgão Gestor composto pelo Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente foi fundamental para a abrangência desta política em âmbito nacional, não só pelas ações propostas em diversos programas, mas principalmente por buscar articular as experiências em curso por todo o país contribuindo para potencializar seus resultados.

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 2004) apresenta um maior detalhamento em relação ao espaço a ser ocupado pelas universidades no desenvolvimento da educação ambiental. Tomando como premissa que as instituições de ensino devem incluir a dimensão ambiental em seus currículos, este programa define estratégias que se implementadas de forma articulada com outras instituições sociais, garantindo a transversalidade e a interdisciplinaridade na execução de uma política pública de tamanha importância poderá representar o alcance de importantes avanços no campo educativo.

O ProNEA propõe que na formação universitária de forma geral, o tema meio ambiente seja considerado como disciplina e abordado de forma transversal ao ensino, à pesquisa e a extensão. Em relação aos cursos de licenciatura, a estratégia sugerida é de que as disciplinas abordem o aspecto metodológico da educação ambiental. Significa não a instituição de uma disciplina de educação ambiental, mas inclusão do tema como uma dimensão da formação de valores e atitudes.

Portanto, a ênfase dada à necessidade de incluir a temática ambiental na formação profissional, principalmente na formação de professores, coloca para a universidade um desafio múltiplo de preparar o seu quadro docente, ao mesmo tempo reestruturando currículos que atenda às exigências tanto na formação inicial como continuada. Evidencia também a necessidade de que a Instituição de Ensino Superior assuma uma postura crítica e denunciadora em relação às consequências impostas pelo modelo de desenvolvimento ao meio ambiente, pois numa perspectiva interdisciplinar, as relações de poder e domínio sobre os recursos naturais não podem ser desconsiderados. Ao contrário, constitui-se em base fundamental para a interpretação da problemática a partir da totalidade histórica, superando a visão fragmentada da realidade (BATISTA).

Ecopedagogia: A nova linguagem da Educação Ambiental.

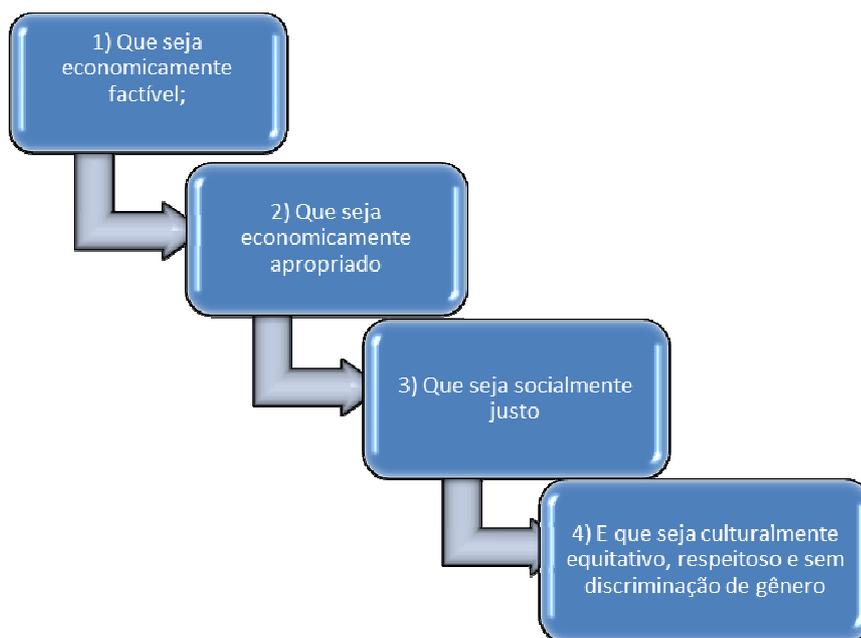
O conceito de Ecopedagogia está em conexo com a sustentabilidade, para além da economia e da ecologia. Neste sentido a ecopedagogia traz como enfoque a planetaridade, educação para o futuro, cidadania planetária, virtualidade e a Pedagogia da Terra, ou seja, todos estes conceitos tem como finalidade a discussão dos paradigmas da Terra como uma comunidade global. Os princípios da Ecopedagogia são mais amplos do que a educação ambiental, desde que seu debate inclui processos de "co-educação", sendo o mesmo voltado ao marco da cultura da sustentabilidade, dentro e fora das escolas. A sustentabilidade educativa está além da relação entre homem e meio ambiente.

De acordo com as palavras de Menezes (2001), o autor aponta que a ecopedagogia trabalha com a fundamentação teórica da cidadania planetária, cuja ideia é dar sentido para a ação dos homens enquanto seres vivos que compartilham com as demais vidas a experiência do planeta Terra. Portanto, constitui-se um verdadeiro movimento político e educativo cujo projeto é mudar as atuais relações humanas, sociais e ambientais. A promoção das sociedades sustentáveis e a preservação do meio ambiente depende, de acordo com a ecopedagogia, de uma consciência ecológica e a formação dessa consciência depende da educação.

O objetivo é compreender melhor o papel da educação na construção de um desenvolvimento com justiça social, centrado nas necessidades humanas e que não agrida ao meio ambiente, daí a necessidade de uma “ecopedagogia” que ensina a viver de forma sustentável. (NASCIMENTO).

A primeira concepção do tema surgiu com o educador Francisco Gutiérrez, diretor do IPF da Costa Rica, em 1992 por ocasião do RIO'92.

Para melhor entendimento sobre o tema é preciso compreender o que vem a ser pedagogia e o que vem a ser sustentabilidade. Portanto, Francisco Gutiérrez e Daniel Prieto definem pedagogia como o trabalho de promoção da aprendizagem através dos recursos necessários ao processo educativo no cotidiano das pessoas, sendo que o cotidiano e a história se fundem num todo. A cidadania ambiental torna-se cidadania planetária. Para ambos os autores parece impossível construir um desenvolvimento sustentável sem uma educação para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, desenvolvimento sustentável requer quatro condições básicas para se efetivar no cotidiano das pessoas, sendo elas:



Matriz 01: Condições Básicas para o Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Elaboração da Autora

De acordo com a matriz apresentada pode-se observar que o desenvolvimento sustentável, mais do que um conceito econômico e científico, é uma ideia força e mobilizadora neste Século 21 que se avança. As pessoas e a sociedade civil, em parceria com o Estado, precisam dar sua parcela de contribuição para criar cidades e campos saudáveis, sustentáveis, com qualidade de vida. Nesta perspectiva, conclui-se que não pode haver desenvolvimento sustentável sem uma sociedade sustentável.

Aliados a contextualização, a ecopedagogia como uma abordagem curricular sugere uma reorientação dos currículos escolares para que incorporem certos princípios defendidos pelo movimento pedagógico. Entretanto os conteúdos curriculares têm que ser significativos tanto para os alunos como também para a saúde do planeta. Neste sentido, a ecopedagogia também serve para influenciar a estrutura e o funcionamento dos sistemas de ensino, propondo assim uma nova forma de governabilidade diante da ingovernabilidade do gigantismo dos atuais do ensino. Defende-se a ideia de que a ecopedagogia é uma pedagogia de educação multicultural. Porque ela não se dirige apenas aos educadores, mas aos habitantes da Terra. Assim, pode-se afirmar que a ecopedagogia está ligada a um projeto de desenvolvimento sustentável onde se pretende mudar as relações humanas, sociais e ambientais que existem hoje.

A ecopedagogia não se dirige apenas aos educadores, mas a todos os cidadãos do planeta. Ela está ligada ao projeto utópico de mudança nas relações humanas, sociais e ambientais, promovendo a educação sustentável (ecoeducação) e ambiental com base no pensamento crítico e inovador, em seus modos formal, não formal e informal, tendo como propósito a formação de cidadãos com consciência local e planetária que valorizem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações. Sendo assim reeducar o olhar das pessoas, isto é, desenvolver a atitude de observar e evitar a presença de agressões ao meio ambiente e aos vivos e o desperdício, a poluição sonora, visual, a poluição da água e do ar etc. para intervir no mundo no sentido de reeducar o habitante do planeta e reverter a cultura do descartável. Experiências cotidianas aparentemente insignificantes, como uma corrente de ar, um sopro de respiração, a água da manhã na face, fundamentam as relações consigo mesmo e com o mundo.

A tomada de consciência dessa realidade é profundamente formadora. O meio ambiente forma tanto quanto ele é formado ou deformado. A sociedade civil necessita de uma ecoformação para recuperar a consciência e pensar que os recursos estão cada vez mais escassos, por este motivos devem se periciar em relação ao meio ambiente. (BRASIL).

Uma educação para a cidadania planetária tem por intuito a construção de uma cultura da sustentabilidade, isto é, uma biocultura, uma cultura da vida, da convivência harmônica entre os seres humanos e entre estes e a natureza. A cultura da sustentabilidade deve levar ao conhecimento e selecionar o que é realmente sustentável na vida cotidiana da sociedade civil. Só assim pode-se consistir uma cumplicidade nos processos de promoção da vida, sendo abrindo um caminho com sentido. Caminhar com sentido significa dar sentido ao que se faz, compartilhar sentidos, impregnar de sentido as práticas da vida cotidiana e compreender o sem sentido de muitas outras práticas que aberta ou prejudicada tratam de impor-se e sobrepor-se cotidianamente.

Por fim, a ecopedagogia propõe uma nova forma de governabilidade diante da ingovernabilidade do gigantismo dos sistemas de ensino, propondo a descentralização e uma racionalidade baseadas na ação comunicativa, na gestão democrática, na autonomia, na participação, na ética e na diversidade cultural. Entendida dessa forma, a ecopedagogia se apresenta como uma nova pedagogia dos direitos que associa direitos humanos - econômicos, culturais, políticos e ambientais - e direitos planetários, impulsionando o resgate da cultura e da sabedoria popular. Ela desenvolve a capacidade de deslumbramento e de reverência diante da complexidade do mundo e a vinculação amorosa com a Terra. Aliados ao contexto pode-se concluir que a cada dia novas alternativas estão sendo lançadas em relação ao benefício voltado ao meio ambiente, à mudança ocorre de acordo com os primórdios lançados desde cedo. Como apresentado na contextualização do presente artigo, esta nova teoria chamada ecopedagogia entra no contexto educacional em um momento primordial, pois o planeta está gritando por socorro, então cabe aos educadores inserir em sua docência a educação ambiental para que possa formar cidadãos conscientes em relação ao meio ambiente.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou apresentar os fundamentos teóricos sobre abordagem da Educação Ambiental na atualidade onde que se pautam nos paradigmas emergentes da educação. Mostrando que ocorreram evoluções conceituais e metodológicas da educação ambiental no meio acadêmico e no movimento ambientalista, o que aumentou os limites de compreensão na área e estabeleceu novas leituras a respeito da relação homem\ meio ambiente.

A sustentabilidade tornou-se um assunto primordial neste início de século, buscando conscientização social mundial, tendo o campo da educação como uma área que tem insistentemente aparecido como central nas pesquisas.

A Ecopedagogia ou a pedagogia da Terra surge para impulsionar em um futuro possível à expectativa de uma vida digna para todos. A educação é muito importante com essa responsabilidade de uma pedagogia, que recoloca a relação entre a natureza e o ser humano em algum lugar do passado que se perdeu, e hoje é preciso resgatar com urgência.

Hoje, com o desenvolvimento científico e tecnológicos identificamos que a relação sociedade-meio ambiente exige uma abordagem interdisciplinar (ciência naturais e humanas) e que a educação tem o dever de desempenhar uma função no processo de reversão da degradação socioambiental, ou seja, contribuir para conscientização objetivando a compreensão e transformação desta realidade, levando em consideração aspectos ecológicos, políticos, econômicos, culturais e sociais. Assim reconhecendo a presença da educação ambiental nas instituições e no diversos contexto educacionais, seja como disciplina ou de modo transversal e interdisciplinar.

Por fim compreendemos que há um anseio para a transformação social sentido a educação, que considere o diálogo em torno da melhoria de vida no planeta, possibilitando alternativas de produção e reformulações de políticas de governo em escala mundial, ou seja, permitindo a viabilização de um projeto de desenvolvimento sustentável que promova e legitime a equidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BATISTA, Maria do Socorro da S; FRANÇA, Magna. **A política nacional de educação ambiental no ensino superior.**
2. BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira; PRIETO, Élisson Cesar. **Educação Ambiental: Disciplina versus tema transversal.** Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 24, janeiro a julho de 2010.
3. BRASIL, **Carta da Ecopedagogia.** Organização: Instituto Paulo Freire - Apoio: Conselho da Terra e UNESCO.
4. BRASIL, **Mapa do Ensino Superior no Brasil.** Semesp, 2015
5. GADOTTI, Moacir: **A Ecopedagogia como pedagogia apropriada ao processo da Carta da Terra.**
6. NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do: **Ecopedagogia: educar para a sustentabilidade.** Ed. 120
7. MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino superior no brasil: da descoberta aos dias atuais.** Acta Cirúrgica Brasileira - Vol 17 (Suplemento 3) 2002.

8. MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes **Ecopedagogia**. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/ecopedagogia/>>. Acesso em: 30 de mar. 2016.
9. ROCHA, Paulo Ernesto Diaz. Trajetórias e perspectivas da interdisciplinaridade ambiental na pós-graduação brasileira. *Ambiente e sociedade*. Campinas, v. 6, n. 2, p. 10-41, Dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 15/05/2016.
10. SORRENTINO, Marcos; TRAIBER, Raquel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO, Luz Antonio Junior. Educação ambiental como política pública. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005